

REGISTRO Da REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático da **Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas**

CT 07

COORDENADORES:

Coordenador Privado - Eduardo Queiroz – OCB

Coordenador Público - Henrique Reichert - Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
18/11/2022	9h às 10h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - no Edifício Armando Monteiro Neto - SBN Quadra 1 Bloco I, Térreo, Asa Norte.

ITEM 1 - ABERTURA

A abertura da reunião foi realizada pelos Sr. Eduardo Queiroz, Coordenador Privado, o qual cumprimentou a todos presentes e em seguida anunciou os pontos que seriam abordados na pauta.

Destacou os últimos avanços a respeito da tramitação da PNADEMPE.

Nesse sentido fez um breve histórico sobre o cronograma da Minuta ao mencionar os últimos andamentos que foram:
Em setembro/22 – Parecer da Receita Federal do Brasil;
Outubro/22 – Adequações do texto pela SEPEC;
Outubro/22 – Tramitação interna e assinatura do Ministro da Economia.

Informou ainda que, os próximos passos internos no âmbito do Governo devem ocorrer com o encaminhamento da Minuta do Decreto para a Subsecretaria de Assuntos Jurídicos/Secretaria Geral/Presidência da República.

Disse que, no momento, tem dois cenários a se considerar:

1º A assinatura da Minuta ser feita pelo atual Presidente ou aguardar pelo próximo que deve iniciar o seu Governo no dia 01 de janeiro/2023;

2º Considerar novas atualizações no documento que podem ser feitas pelo novo Presidente, se considerar a hipótese de assinatura da Minuta ser feita ainda na gestão do atual Presidente.

O Sr. Henrique, Coordenador Público fez um relato de todas as fases de tramitação pelas quais a Minuta do Decreto foi submetida.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE

Com isso, informou que o documento foi devidamente revisado e no momento estaria apto para ser aprovado e publicado.

Nesse sentido poderia seguir com os próximos passos da Política que são a continuidade no processo de construção dos indicadores.

ITEM 2 – APRESENTAÇÕES E DISCUSSÕES

Na sequência abriu a palavra para os participantes.

A Sra. Ariene, representante da CNI, disse que o Fórum Permanente pode conseguir junto à Casa Civil a assinatura da PNADEMPE.

O Sr. Mauro Oddo representante do IPEA, ponderou as considerações da Sra. Ariene e disse que a assinatura do Decreto, neste momento, poderia ser futuramente revogada.

A Sra. Eneila reafirmou a contribuição do seu Estado e do Fórum Estadual de Minas na construção da Política e disse que o Fórum deve fazer um trabalho para que o Decreto seja assinado, ainda neste ano e paralelo a isso fazer um alinhamento com a equipe de transição do novo programa.

APRESENTAÇÃO DOS INDICADORES:

A Sra. Mariana Rodrigues, representante da Aliança Empreendedora apresentou a evolução do processo de construção dos indicadores e da PNADEMPE.

Informou que foram revistos os principais desafios que consideram 04 finalidades, 06 diretrizes e 09 objetivos.

Dessa forma a metodologia aplicou processos de construção colaborativo e multidisciplinar envolvendo representantes de todos os Comitê Temáticos que foram considerados na construção dos indicadores os seguintes elementos:

Finalidade 1 - liberdade de empreender

Lembrou que os indicadores deverão ser úteis e representativos, ter um caráter orientativo e a utilização de métodos de coleta e processamento confiáveis e já existentes.

Os principais objetivos e diretrizes da PNADEMPE serão desenvolvidos a partir da liberdade de empreender, produtividade, competitividade e no desenvolvimento sustentável

Finalidade 1 – liberdade de empreender

Desafios:

- Burocracia/Complexidade/Obrigações acessórias
- Acesso ao crédito/questões tributárias/segurança jurídica/ custos elevados

Os indicadores prioritários levam em conta abertura e sobrevivência das MPE's.

Indicadores Chave:

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Tempo Médio de abertura de MPE's;
Taxa de informalidade;
Taxa de Sobrevivência;
Número de MEIs ativos

Finalidades 2 – produtividade

Desafios:

- Inovação e tecnologia/integração das cadeias produtivas/padronização/custos de produção/gestão e governança/planejamento/educação e formação profissional/questões trabalhistas.

Indicadores prioritários levam em conta eficiência e capacidade de inovação.

Indicadores Chave:

Produtividade das MPE's / Valor adicionado/pessoal ocupado;
Esforços inovativos das MPE's;
Montante de crédito para MPE's;
Número de Pessoas beneficiadas por capacitações

Finalidade 3- Competitividade

Desafios:

Produtividade/Marca/acesso a crédito/questões tributárias/burocracia/custos elevados.

Conceito utilizado prioriza a competitividade entre MPE's versus outros portes de empresas (mercado externo)

Indicadores Chave:

Taxa de Sobrevivência;
Relação da taxa de juros para acesso ao crédito sobre MPE's e outros portes de empresas;
Relação entre a contribuição DAS e o volume total de vendas MEI.

Finalidade 04 – Sustentabilidade

Desafios:

Superar a “semiinformalidade”/visão de negócio/percepção de pessoas enquanto empreendedoras.
O foco está em indicadores que consigam desenvolver as MPE's vivas dentro de um crescimento sustentável, ou seja manter a sustentabilidade do negócio. Dessa forma foram levantados os seguintes indicadores:

Indicadores Chaves

Taxa de Sobrevivência;
Expansão do número de empregos;
Número de pessoas beneficiadas por capacitação.

O Sr. Eduardo disse que esse foi um alinhamento prévio, com dados preliminares sobre os indicadores e que o Comitê pretende continuar a discussão a partir do próximo ano.

Acredita que no 1º semestre do ano de 2023 a Minuta do Decreto esteja assinada e com isso poderá dar início a implantação da Política.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Paralelo a isso deve ocorrer reuniões de benchmarking com Data Sebrae, IBGE, BCB e outros atores chave. E relatório com a recomendação de indicadores da PNADEMPE.

Em seguida o Coordenador Privado abriu a palavra para os participantes.

O Sr. Paulo Freitas, representante da FOPEME, questionou se a microempresa será um foco na Política, em especial no quesito liberdade de empreender com uma possível criação da rampa para o MEI, sendo que neste caso a primeira faixa do Simples ficaria muito próxima ao MEI.

A Sra. Ariene, representante da CNI, disse que tem uma dúvida na finalidade (1) “liberdade de empreender” e gostaria de saber como a lei de liberdade econômica está refletindo nas MPE’s e se o indicador consegue mostrar nos filtros taxa de abertura e sobrevivência, por estados e municípios. Na finalidade (3) “competitividade” acha importante que tenha uma medição para o mercado externo. E na finalidade (4) ‘sustentabilidade’ entende que é importante considerar a questão do crédito.

O Sr. Ercílio Santinoni, Presidente da CONAMPE, alegou que deve trabalhar com dados concretos, pois é difícil detectar o tempo de sobrevivência das empresas. Disse que a Receita Federal não tem esses dados e que só tem condições de saber acerca do fechamento das empresas, ou seja, dois anos depois.

O Sr. Mauro Oddo, representante do IPEA, disse que na prática a forma de calcular o Índice de sobrevivência das empresas é observando se ela está contribuindo; se ela está ativa ou inativa e que este dado é da Receita.

A Sra. Aline reforçou a importância de construir o indicador da taxa de sobrevivência das MPE’s e disse que os dados de suspensão ou inatividade da empresa são observados a partir do número de CNPJ que registra a partir do 3º mês a inatividade da empresa.

O Sr. Elias, representante da ANBC, disse que além de questões envolvendo o prazo e juros acerca do crédito entende ser importante colocar alguma coisa sobre sustentabilidade envolvendo ESG e por fim saber o que deve ser feito pelos próximos 05 anos para estar alinhado com a OCDE.

O Sr. Antônio Everton, representante da CONAMPE, entende que deve haver um monitoramento da disseminação da Política Nacional. Dessa forma acompanhar os estados que irão ter desenvolvimento regional e os fóruns que trabalham com a Política Nacional.

O Sr. Pedro Gilmar, representante da CONAMPE, informou que, hoje no Brasil há três cadastros das empresas que são CNPJ, Inscrição Estadual e Inscrição Municipal. Disse que quando a empresa encerra as suas atividades é porque ela está com questões de dívidas, principalmente as tributárias. E acrescentou que mesmo fazendo a baixa da Inscrição Estadual e Municipal ela continua inscrita na Receita. Por isso, sugeriu como alternativa a inscrição do Cadastro Único.

O Sr. José Antônio Ramalho, representante da ASBRAAF, sugeriu que fosse incluso indicadores qualitativos para que possa ser feita a medição do grau de satisfação o qual poderia navegar em vários eixos da Política. E, por último introduzir indicadores com relação a LGPD.

O Sr. Mauro Oddo ressaltou que para o universo das MPE’s ainda há um longo caminho para se chegar a dois temas que são a proteção de dados e ESG. Acrescentou que a LGPD foi recentemente implementada, mas acha importante constar no radar alguma coisa sobre este tema e a ESG.

Disse ainda que do ponto de vista metodológico a construção dos indicadores apresenta um viés, mas no caso em questão o importante é observar o efeito da Política, ou seja como o indicador se comporta no tempo. E com isso o viés deixa de existir porque o que se observa é a tendência do indicador.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

O Sr. Henrique Heichert esclareceu que deve avançar na questão da pesquisa quantitativa; que foi priorizado o que já existe como pesquisas primárias, pois acrescentou novos indicadores e isso mostra o tamanho do desafio que tem com relação aos indicadores, além disso, tem as iniciativas, a questão dos Fóruns Regionais. E finalizou dizendo que em todos os Comitês foi citado uma ação do CT7, seja dos indicadores, dos Fóruns Regionais, da Casa Civil.

O Sr. Mauro Oddo disse que o CT7 faz um compilado de tudo que é trabalhado nos outros Comitês, uma vez que os eixos da Política são os próprios Comitês. Disse ainda que os representantes das entidades estão, há 3 dias, ouvindo o conjunto de propostas que cada um dos 07 Comitês elaborou acerca da Política.

E com relação a Minuta do Decreto da Política considerando que o documento já foi assinado pelo Ministério da Economia o Fórum deve definir o que fazer.

Nesse sentido sugeriu que fosse formado um grupo de trabalho do Fórum para entrar em contato com a equipe de transição do governo com o intuito de decidir sobre os próximos passos acerca do que já foi feito nesta gestão.

Mencionou ainda a importância em esclarecer que este é um trabalho do Fórum Nacional das Micro e Pequenas Empresas e não uma iniciativa do Governo e para além disso, essa política precisa chegar nas 27 unidades da federação.

Entende que para isso ocorrer deve fomentar a criação de fóruns estaduais e regionais, articular com o Sebrae Nacional e suas representações nas 27 unidades da federação e com a Secretaria estadual de desenvolvimento, onde não houver representatividade dos fóruns estaduais.

O Sr. Ercílio se prontificou para fazer parte da Comissão, a qual pode se dirigir ao grupo de transição do Governo para falar sobre o que está sendo feito no Fórum acerca da PNADEMPE.

O Sr. Henrique enfatizou que do lado do Governo poderia dar apoio com uma Moção, mas que os membros da Comissão devem ser formados por representantes da iniciativa privada.

A Sra. Ariene D'arc disse que levaria o pleito para a CNI se pronunciar sobre um possível representante para compor a Comissão.

O Sr. Henrique mencionou que a Comissão seria composta por representantes da Aliança Empreendedora, Sr. José Antônio Ramalho- representante da ASBRAE, Sr. Ercílio Santinoni- Presidente da CONAMPE e por representante indicado pela CNI.

ITEM 3 - ENCAMINHAMENTOS

- ✓ O Sr. Mauro Oddo, juntamente com representantes da CNI, Aliança Inovadora e CONAMPE deverão elaborar um documento com a síntese das propostas dos 07 Comitês Temáticos para serem levadas para a equipe de transição do Governo.
- ✓ Foi designada uma Comissão formada por membros da iniciativa privada com representantes da CONAMPE, Aliança Empreendedora, CNI e ASBRAE, os quais deverão se reportar a equipe de transição do Governo para apresentar o documento formalizado pelo Fórum Nacional das Micro e Pequenas Empresas acerca do que foi construído para instituir a Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas.